

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Notas	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Nota.....	2
VEÍCULO: Correio Braziliense	2
Título: Nota.....	2
VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Governo já espera arrecadar mais R\$ 4 bi com pré-sal este ano	3
Título: Produção total de petróleo e gás natural aumenta 13,4%	4
Título: EPE prevê leilões para contratar 15 mil MW médios até 2026	5
Título: Alta da tarifa não afeta inflação de abril, dizem analistas.....	7
Título: Mudança surpreende e era prevista só para maio	8
Título: PLD deve ficar perto de R\$ 400/MWh até outubro	9
Título: Maduro mantém poder para fechar acordos da PDVSA	10
Título: Nota.....	12
Título: Petrobras confirma liderança no Top 10	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas**

Isto pode, Ibama?

Desde 16 de março, a plataforma P-66 está parada à espera de licença de operação do Ibama no campo de Lula, o maior do país, no pré-sal da Bacia de Santos. O prejuízo gira em torno de US\$ 1,5 milhão por dia.

Da terra do bacalhau

Aliás, a norueguesa Statoil planeja aumentar sua participação no campo de Carcará, onde já detém uma fatia de 66%, comprada da Petrobras em 2016. O campo é uma das joias do pré-sal e fica também na Bacia de Santos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães****Título: Nota**

Energia

A hidrelétrica Santo Antônio, em Porto Velho (RO), que está sendo vendida por seus sócios, gerou, em cinco anos de operação, 34 milhões de megawatts/ hora. Trata-se de energia suficiente para fazer funcionar 22,5 milhões de geladeiras ou manter 47 milhões de ferros de passar roupa ligados por duas horas em um dia. Os sócios da Santo Antônio são Eletrobras, Odebrecht, Cemig e SAAG Investimentos, de Andrade Gutierrez e Caixa FIP Amazônia Energia.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Opinião****Autor: Ari Cunha****Título: Nota**

Absurdo

» Com penalidades brandas sobre crimes ambientais, o Rio Doce continua sofrendo. Dessa vez, em Governador Valadares 3 mil litros de óleo diesel foram

derramados por um posto no bairro de Lourdes. Do córrego Figueirinha o óleo correu para o rio Doce.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Governo já espera arrecadar mais R\$ 4 bi com pré-sal este ano

O governo aumentou em cerca de R\$ 4 bilhões as suas expectativas de arrecadação com os leilões de áreas de petróleo e gás deste ano, depois de incluir a terceira rodada de partilha do pré-sal no calendário de licitações do ano.

Ontem, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que o governo espera, numa "projeção conservadora", arrecadar R\$ 8,5 bilhões com as quatro concorrências marcadas para 2017. A primeira previsão, divulgada pelo MME ainda em janeiro, era arrecadar R\$ 4,5 bilhões, sem contar a rodada do pré-sal de novembro, até então fora dos planos.

Em meio ao anúncio de contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões no orçamento, o governo conta com o setor de energia para reforçar seu caixa até o final do ano. Além das rodadas de licitação, a expectativa é arrecadar cerca de 800 milhões com as receitas provenientes da comercialização de petróleo e gás natural destinados à União, nas áreas do pré-sal sob o regime de partilha. Já no setor elétrico, a expectativa é que o leilão de relicitação das hidrelétricas da Cemig que tiveram suas concessões extintas contribua com cerca de R\$ 10 bilhões para a União.

Segundo Pedrosa, o governo vem trabalhando para entregar ao mercado, até o início das rodadas de óleo e gás deste ano, um ambiente de negócios de maior confiança aos investidores, o que passa pela confirmação da extensão do Repetro (regime aduaneiro especial do setor de óleo e gás). O secretário-executivo do MME destacou, ainda, que a série de leilões previstos pelo governo até 2017 no setor petrolífero deve render à União uma arrecadação potencial de R\$ 24 bilhões.

"Esperamos ir para o leilão com um ambiente de confiança, que é o nosso foco, mais consolidado. Quanto mais a gente estiver ambiente de confiança consolidado, melhor os resultados dos leilões", disse Pedrosa, ontem, a jornalistas, após participar de evento no Rio.

No setor elétrico, Pedrosa disse que o governo espera contar em novembro com a entrada dos recursos da relicitação das hidrelétricas da Cemig que tiveram suas concessões extintas. Na semana passada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ)

derrubou duas liminares da Cemig, preparando o terreno para que o governo faça até o fim do ano o leilão das usinas.

Pedrosa admitiu disse que o "problema jurídico" já está encaminhado e que o governo pretende reliciar as concessões mesmo que o direito da companhia mineira de renovar as concessões ainda esteja em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).

"A questão no STF pode demorar cinco, dez anos. Se o fato de algo estar sendo discutido no STF fosse impedimento para decisão de governo, o governo não se moveria nunca", disse. Ele admitiu que as contestações judiciais geram riscos aos investidores, mas afirmou esse risco que já está precificado pelo mercado. "O mercado está muito maduro e tem visão clara sobre esse processo", completou.

O secretário comentou, ainda, sobre a intenção do governo de privatizar as distribuidoras da Eletrobras - Cepisa (Piauí), Ceal (Alagoas), Eletroacre, Ceron (Rondônia), Boa Vista Energia (Roraima) e Amazonas Energia. Ele disse que a distribuição representou "um desvio da vocação natural da Eletrobras" na geração e transmissão e que o foco das privatizações será a melhoria dos serviços prestados e o saneamento das contas da estatal elétrica.

"Não há nenhuma pressão da Fazenda no sentido de ter arrecadação [com os leilões]", disse. Ele ressaltou, contudo, que, na eventualidade de haver ágios nas licitações das distribuidoras, o ganho pode vir a ser compartilhado com o Tesouro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Saraiva

Título: Produção total de petróleo e gás natural aumenta 13,4%

A produção de petróleo no país em fevereiro atingiu 2,676 milhões de barris por dia (bbl/d), segundo informou ontem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O volume é 14,6% acima de fevereiro do ano passado, embora 0,4% inferior ao de janeiro deste ano.

A produção de gás natural também subiu em relação ao ano passado, e atingiu 106,6 milhões de metros cúbicos por dia em fevereiro. O montante foi 9,2% acima de igual mês em 2016, apesar de 3% inferior à de janeiro deste ano.

Mas, com os aumentos apurados ante igual mês em 2016, a produção total de petróleo e gás natural no país foi de aproximadamente 3,346 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), 13,4% acima de fevereiro do ano passado.

Além disso, mesmo em queda, a produção no pré-sal em fevereiro atingiu quase a metade do total produzido no mês.

Em fevereiro, a produção no pré-sal foi de aproximadamente 1,535 milhão de barris de óleo equivalente por dia, 3,3% inferior a de janeiro. No entanto, este total correspondeu a 46% do total produzido no Brasil. A produção no pré-sal partiu de 74 poços, sendo aproximadamente 1,233 milhão de barris de petróleo por dia; e de 48 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

Já a queima de gás em fevereiro foi de 4 milhões de metros cúbicos por dia, volume 7,6% menor quando comparado com janeiro; e 16% inferior em relação a igual mês em 2016.

O campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural em fevereiro, produzindo, em média, 690,7 mil bbl/d de petróleo e 30,1 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural no mês. A FPSO Cidade de Itaguaí, no campo de Lula, foi a Unidade Estacionária de Produção (UEP) com maior produção.

Segundo a ANP, os campos marítimos produziram 95% do petróleo e 82% do gás natural, em fevereiro. A produção ocorreu em 8.476 poços. Os campos operados pela Petrobras produziram 94% do petróleo e gás natural.

Em fevereiro, 289 concessões, operadas por 25 empresas, foram responsáveis pela produção nacional. As bacias maduras terrestres produziram 139,7 mil boe/d. Desse total, 134,6 mil barris de óleo equivalente por dia foram produzidos pela Petrobras e 5 mil boe/d por concessões não operadas pela estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: EPE prevê leilões para contratar 15 mil MW médios até 2026

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) enxerga uma necessidade de contratação de energia nova de 10 mil megawatts (MW) médios a 15 mil MW médios até 2026. As projeções fazem parte do próximo Plano Decenal de Energia (PDE 2017-2026), em elaboração pela estatal de estudos energéticos e previsto para ser publicado ainda no primeiro semestre, após avaliação pelo Ministério de Minas e Energia.

"Olhando o balanço entre oferta e demanda de energia [...] existe uma necessidade, sim, de nova oferta no horizonte decenal, entre 10 mil MW médios e 15 mil MW médios. Isso é bastante energia e é o número a ser sinalizado para

os investidores", afirmou o presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, em evento sobre energia, no Rio.

De acordo com dados apresentados pela consultoria Thymos Energia, há necessidade de contratação de 1,4 mil MW médios em 2023. Segundo o presidente da consultoria, João Carlos Mello, porém, fatores como atrasos de obras e, principalmente, o crescimento do consumo de energia acima do esperado podem fazer com que essa necessidade indicada antes de 2023.

O objetivo da EPE é que a nova oferta de energia seja preenchida principalmente por hidrelétricas e novas fontes renováveis (basicamente eólica e solar). Mas Barroso admite que pode ser necessário contratar outras fontes, como térmicas, para compor essa oferta.

O PDE está considerando principalmente dois cenários de crescimento econômico do país, um de referência e outro de "sucesso", caso todas as reformas planejadas e em curso sejam implementadas. No cenário de referência, a EPE prevê um crescimento do PIB de 0,5% em 2017, 1,8% em 2018 e 3% entre 2021-2026. Já no cenário de sucesso, a estatal espera um aumento de 1,7% em 2017, 2,8% em 2018 e 3,5% entre 2021-2026.

Segundo Barroso, a nova versão do PDE terá aperfeiçoamentos em relação aos estudos anteriores. Entre eles, está a inclusão de incertezas de macrovariáveis, como decisões de políticas públicas, restrições ambientais e desenvolvimento de novas tecnologias. A meta da estatal é fazer um plano mais indicativo para o mercado e com mensagens mais claras para a sociedade.

Com relação ao horizonte de curto prazo, Barroso destacou que a EPE pretende concluir até o fim de abril e início de maio a revisão da garantia física das hidrelétricas existentes, para ter um sinal mais claro da real disponibilidade de energia dessas usinas.

Com relação à realização de novos leilões, a ideia, segundo ele, é realizar, além do leilão de descontração, leilões de energia existente antes de licitações de energia nova, para organizar a oferta e a demanda do país. Essa definição deverá estar contida no decreto que regulamentará a lei 13.360. "Neste decreto também vamos tentar incluir a organização de um cronograma, um calendário de leilões de energia existente e energia nova para que fique mais previsível e mais fácil para as pessoas terem um planejamento mínimo", disse Barroso.

O executivo explicou que investimentos em expansão da geração de energia no país depende de "crescimento econômico na veia", mas destacou que, com relação ao setor de transmissão, há necessidade de novos investimentos, com foco no aumento da confiabilidade do sistema e preparação da rede para

conexão com fontes renováveis. "Mesmo que a economia não cresça, podemos ter investimentos em transmissão", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Alta da tarifa não afeta inflação de abril, dizem analistas

A mudança da bandeira amarela para o primeiro patamar da vermelha nas contas de luz já estava no cenário da LCA Consultores e não muda as estimativas para a inflação de abril. Mesmo com a cobrança extra de R\$ 3 a cada 100 kilowatts-hora (KWh) consumidos, a tarifa de energia elétrica residencial ainda terá deflação neste mês, aponta o economista Fabio Romão, em função do impacto da devolução de dos valores de encargos referentes à usina de Angra 3.

A LCA trabalha com alta de 0,26% para o indicador oficial de inflação em abril, projeção que conta com redução de 6% das contas de luz. Se o primeiro patamar da bandeira tarifária vermelha não tivesse sido acionado, observa Romão, a deflação desse item seria mais forte no período, de 10%. Mesmo com a queda esperada para o mês, as perspectivas para os preços de energia, que têm peso de 3,34% no IPCA, ficaram mais preocupantes, pondera o economista.

Para André Muller, da Quest Investimentos, a bandeira tarifária amarela deve voltar ao longo do segundo semestre após o acionamento do primeiro patamar da bandeira vermelha nas contas de luz em abril, avalia. O economista já trabalhava com o encarecimento da energia no mês e, por isso, mantém em 0,25% sua projeção para o aumento do IPCA no período, com redução de 8% na tarifa de eletricidade residencial.

No início do ano, a expectativa era que a bandeira mudasse de verde para amarela, passado o período chuvoso em função de questões climáticas, diz Romão, voltando a ficar sem cobranças adicionais ao fim de 2017. Nas últimas semanas, porém, a consultoria passou a prever a entrada em vigor da bandeira vermelha em abril, devido ao acionamento maior de termelétricas, fonte mais cara de energia, no subsistema Nordeste.

No cenário da LCA, a bandeira tarifária atual deve ser mantida ao menos até novembro, retornando à cor amarela em dezembro. "E há ainda o risco de o patamar mais caro da bandeira vermelha ser acionado", diz Romão, que estima aumento de 6% para a tarifa de eletricidade residencial este ano, após queda de 10,7% em 2016. "A energia reforçou nosso cenário de que o IPCA terá alta de 4,7% em 2017".

Após a deflação esperada para abril, as contas de luz devem voltar a subir em maio, com o fim do efeito do desconto referente à usina de Angra 3 nas tarifas. A LCA estima aumento de 8% para as contas de luz no próximo mês, enquanto o IPCA deve acelerar para 0,51%.

"A magnitude do efeito da bandeira em relação ao provocado pela usina Angra 3 é bem menos intensa", diz Muller, da Quest, referindo-se à devolução de valores de encargos cobrados indevidamente dos consumidores em 2016. Anunciada na sexta pela Aneel, a mudança da bandeira amarela para o primeiro nível da vermelha não foi surpresa, diante de chuvas menos intensas, principalmente no Nordeste, diz o economista.

Com a melhora do regime hidrológico, a bandeira deve voltar para a cor amarela em algum momento na segunda metade do ano, avalia Muller. Com essa premissa, os preços de energia devem subir 7% na média de 2017, depois de terem recuado 10,7% em 2016. Para ele, "a contribuição inflacionária" é baixa "e não preocupante".

Muller ressalta que, mesmo se o patamar 2 da bandeira vermelha for acionado, o impacto de alta no IPCA seria pequeno, de 0,05 ponto percentual, o que não coloca em risco o cenário de desinflação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: R.P.

Título: Mudança surpreende e era prevista só para maio

A definição do primeiro patamar da bandeira vermelha - que representa custo extra na tarifa de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos - pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) era prevista pelo setor elétrico, porém não em tão curto prazo.

As empresas - principalmente comercializadoras - e os especialistas do setor esperavam que a bandeira atingisse esse nível em maio, quando serão implementadas mudanças no mecanismo de aversão ao risco na operação do sistema, que tornarão a operação mais adequada à realidade. No mercado de energia, ninguém previa bandeira vermelha já em abril.

A definição da bandeira vermelha em abril, porém, não ocorreu devido apenas às condições climáticas. Segundo o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, a Termopernambuco, termelétrica a gás natural, de 532 megawatts (MW) de capacidade, da Neoenergia, em Ipojuca (PE), está parada para manutenção. Se a usina estivesse operando, não seria

necessário despachar térmicas mais caras, o que manteria a bandeira tarifária amarela, com custo extra de R\$ 2 a cada 100 kWh.

Com relação a maio, outro fator que pode elevar o custo da energia será a revisão da projeção de demanda para os próximos quatro anos, prevista para entrar em vigor no mês que vem. Se o ONS e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) revisarem a projeção de consumo para cima, o efeito será um aumento no custo de operação do sistema.

A boa notícia, em parte, é que o diretor-geral do ONS acredita que haverá apenas uma "pequena variação" na projeção da demanda para os próximos quatro anos, sem revelar se será para mais ou para menos. Outra notícia é que a EPE ainda não enxerga um crescimento sustentável da economia, a partir dos indicadores de aumento de consumo deste ano - no acumulado do ano até fevereiro, o consumo de energia foi 1,5% superior a igual período de 2016.

Se, por um lado, uma revisão pequena na projeção de demanda de energia para os próximos anos é um bom fator para evitar custo maior da operação do sistema elétrico, por outro é uma notícia um tanto quanto ruim, com relação à expectativa de crescimento da economia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: R.P.

Título: PLD deve ficar perto de R\$ 400/MWh até outubro

O preço de liquidação das diferenças (PLD), referência das operações do mercado de energia de curto prazo, deve ficar próximo do patamar de R\$ 400 por megawatt-hora (MWh) nos próximos meses, com redução apenas a partir de novembro, indicando a continuidade do acionamento das bandeiras tarifárias. As informações foram divulgadas ontem pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A projeção de um PLD mais alto, combinado ao cenário hidrológico desfavorável, pode agravar ainda as previsões de custo para o risco hidrológico ao longo deste ano (medido pelo fator GSF, na sigla de inglês).

No caso das bandeiras tarifárias, as previsões indicam que continuarão sendo acionadas nos próximos meses do ano. A bandeira amarela é acionada sempre que o custo variável unitário (CVU) da termelétrica mais cara despachada é superior a R\$ 211,28/MWh. No caso da bandeira vermelha patamar 1, vigente em abril, o acionamento acontece quando o CVU da térmica mais cara é superior

a R\$ 422,56/MWh. O PLD da primeira semana de abril foi fixado em R\$ 426,10/MWh no Sudeste e Sul.

A tendência segue de elevação em maio, quando entram em vigor os novos parâmetros de aversão ao risco embutidos no cálculo.

Já a previsão para o GSF ficou pior para o ano, e deve ser, em média, de 16,6%, segundo a CCEE. A projeção anterior, de 15,5% de GSF, indicava um impacto financeiro de R\$ 20,9 bilhões. Considerando a participação do mercado livre nesses contratos, de cerca de 33%, isso indicava um custo de R\$ 6,7 bilhões com o GSF.

Em evento ontem, o presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri, destacou ainda a inadimplência de algumas distribuidoras nas liquidações do mercado de curto prazo. Segundo ele, duas delas vão quitar suas dívidas na liquidação das operações de fevereiro nesta semana. Ele não quis revelar os nomes, mas são duas entre Ceron (RO), Cepisa (PI), e CEA (AP), segundo uma lista oficial da câmara.

O total da inadimplência das distribuidoras no mercado hoje soma R\$ 296,7 milhões, provenientes de quatro empresas: Ceron, CEA, Cepisa e Eletroacre (AC). Essas dívidas são relativas ao mercado de curto prazo, além da liquidação da energia das usinas nucleares Angra 1 e 2, às cotas de energia de usinas renovadas pela MP 579, e à energia de reserva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Alexandra Ulmer

Título: Maduro mantém poder para fechar acordos da PDVSA

O Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela voltou atrás em sua decisão de assumir o controle do Congresso, liderado pela oposição, mas manteve a medida que confere ao presidente Nicolás Maduro novos poderes sobre as vastas reservas de petróleo do país - como negociar acordos em nome da estatal PDVSA, sem necessidade de aprovação do Legislativo.

O governo de Maduro, cujos cofres estão esvaziados, agora tem autonomia para vender participações nos campos petrolíferos da Venezuela, onde estão as maiores reservas do mundo, ou criar novos empreendimentos conjuntos com firmas estrangeiras.

A decisão do TSJ abre margem a longas disputas políticas e jurídicas que poderiam afastar investidores estrangeiros e minar ainda mais os esforços do país para

estabilizar a PDVSA, segundo especialistas e parlamentares de oposição. A estatal já sofre com os baixos preços do petróleo, crise de fluxo de caixa e problemas operacionais crônicos que afetam sua capacidade de atender os clientes.

A briga decorre da exigência constitucional de que a Assembleia Nacional aprove contratos de "interesse público nacional" da PDVSA com empresas externas. O Congresso - controlado pela oposição desde 2016 - alertou investidores e expressou que, sem sua aprovação, qualquer acordo petrolífero não terá validade.

A estatal russa Rosneft, por exemplo, foi alvo de críticas da oposição venezuelana depois de a empresa ter pago US\$ 500 milhões em 2016 para elevar sua participação na joint venture Petromonagas, de 16,7% para 40%, sem aprovação legislativa.

A Rosneft - grande parceira da PDVSA em tempos de relações cada vez mais amigáveis entre Caracas e Moscou - diz que o acordo é legal. Mas o episódio destaca o possível pântano legal que os investidores podem estar entrando.

Depois da decisão do tribunal no sábado, líderes da oposição prometeram continuar contestando a validade de negócios petrolíferos ainda não aprovados.

"Isso é desespero por dólares", disse o parlamentar Elías Matta, vice-presidente da Comissão Parlamentar de Energia e Petróleo. "Que fique claro que qualquer empresa criada sob esse esquema vai ser nula - totalmente nula."

Os ministérios da Informação e do Petróleo da Venezuela não retornaram de imediato os pedidos para comentar o assunto, assim como a PDVSA.

A confusão poder afetar os investimentos de multinacionais mais receosas, especialmente as que estão sujeitas a uma fiscalização mais rigorosa de órgãos reguladores em seus países. Entre os outros grandes nomes que operam no mercado venezuelano estão a americana Chevron e a estatal chinesa CNPC.

As incertezas dos investidores, por sua vez, poderiam minar ainda mais a economia da Venezuela, que depende da PDVSA para mais de 90% de suas exportações, enquanto milhões de pessoas sofrem com o descontrole da inflação e a escassez de produtos alimentares.

Na teoria, a decisão do tribunal permitiria ao governo de Maduro fazer o que quiser com a PDVSA sem necessidade de aprovação da Assembleia Nacional, com exceção de privatizá-la, segundo Francisco Monaldi, pesquisador do Baker Institute, em Houston.

"Mas o terreno legal não poderia ser mais instável, se houver uma mudança no governo", disse. "Como resultado de todo esse escândalo internacional, há menos probabilidade de investimentos de investidores estrangeiros."

Em meio a um endividamento cada vez maior, a Venezuela tenta vender participações nos campos petrolíferos para reforçar seu caixa antes do vencimento de cerca de US\$ 3 bilhões em títulos de dívida neste mês, de acordo com fontes.

Ainda não está claro se a decisão inicial do tribunal - a que desencadeou a indignação mundial - foi motivada por algum plano iminente para vender participações em campos de petróleo ou para criar algum novo empreendimento conjunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Nota

MPF contra Petrobras

O Ministério Público Federal (MPF) em Três Lagoas (MS) ajuizou uma ação civil pública contra a Petrobras referente à paralisação de uma obra de R\$ 3,1 bilhões. A Petrobras rescindiu o contrato com o consórcio que construía a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados 3 (UFN3), em Três Lagoas, em dezembro de 2014 com 80% da obra terminada e mais de R\$ 3 bilhões investidos. Segundo o MPF, além de não ter planos de retomar a construção da fábrica, a petrolífera já divulgou publicamente a intenção de vendê-la, no estado em que se encontra. Em função disso, o MPF pede que a Justiça Federal determine liminarmente a imediata suspensão de qualquer tentativa de acordo para venda ou transferência da unidade. Outro pedido é que seja determinada, também liminarmente, a retomada imediata da construção da unidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotia

Título: Petrobras confirma liderança no Top 10

Após a Petrobras exibir bons resultados operacionais em 2016, as ações da estatal confirmam o posto de "queridinha" dos analistas. Das 10 corretoras participantes da Carteira Valor, 9 têm o papel preferencial (PN, sem direito a voto) no seu "top 5" indicado para abril. No mapeamento geral, a lista das dez ações mais

recomendadas para este início de segundo trimestre ainda privilegia nomes tradicionais do setor financeiro, com Itaú, Banco do Brasil e B3 (antiga BM&FBovespa). Concessões públicas também estão bem representadas, com Ecorodovias, Taesa e Sabesp. O rol se completa com Raia Drogasil, um caso de consumo considerado mais resistente, Gerdau, pelo apelo da recuperação da atividade, e Vale, que recebeu apenas uma indicação, mas entrou no portfólio pelo critério de liquidez.

Apesar de a Petrobras ter amargado prejuízo de R\$ 14,8 bilhões no ano passado - reflexo de baixas contábeis pela redução ao valor recuperável de ativos de investimentos ("impairment") e da pressão do custo da dívida no desempenho financeiro -, a avaliação geral foi que operacionalmente a petrolífera foi bem no último trimestre. Para o analista Luiz Caetano, da Planner Corretora, a estatal deve começar a colher em 2017 os frutos dos seus esforços para cortar custos, reduzir a alavancagem e colocar em marcha o seu programa de desinvestimento. "Acredito que será um bom ano para Petrobras, deve ser um período de recuperação do lucro e de volta do pagamento de dividendos."

Depois de um período em que ficou impedida de se desfazer de ativos, em meio ao imbróglio com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Petrobras divulgou na sexta-feira as novas diretrizes para a sua carteira de desinvestimentos, confirmando a meta de arrecadar US\$ 21 bilhões no biênio 2017/2018 com o plano. A venda da fatia na BR Distribuidora, que estava suspensa por decisão liminar da Justiça Federal de Sergipe, integra a lista de reavaliação da estatal. A empresa também planeja a venda de 90% da fatia na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e da Liquegás.

"A empresa vai poder retomar o programa de desinvestimentos, uma das principais iniciativas para que consiga se desalavancar. Houve um choque de gestão na empresa e isso foi evidenciado nos números do quarto trimestre", diz o analista Rafael Ohmachi, da Guide Investimentos. Do lado do preço do petróleo no mercado internacional, o profissional também vislumbra boas notícias, não só pelo ambiente de maior crescimento global, como também pela possível extensão dos cortes de produção. O comitê de supervisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) voltará a se reunir neste mês e uma decisão final da cúpula do cartel será tomada em 25 de maio.

No setor financeiro, Itaú é que aparece no topo das preferências, com 7 indicações na Carteira Valor. Para Cauê Pinheiro, da Citi Corretora, mesmo num cenário de corte de juros o banco consegue se sair bem. O setor tem sido bem sucedido em manter spreads elevados e não repassar o corte da Selic ao custo de crédito na ponta na mesma intensidade. O especialista também vê uma valorização potencial advinda do maior fluxo estrangeiro para o mercado de ações brasileiro, que privilegia papéis mais líquidos. Roberto Indech, da Rico

Corretora, lembra que os juros menores e a volta do crescimento econômico possibilitam a melhora da inadimplência.

Já a Bradesco Corretora é uma das casas que têm indicado Banco do Brasil, menos pelo resultado de 2016, considerado fraco, mas pela tendência de recuperação da rentabilidade ao longo de 2017. O prognóstico é que a instituição apresentará melhora gradual no resultado da intermediação financeira, queda das provisões e que iniciativas voltadas para a redução de despesas se mostrem efetivas, com fechamento de agências e o plano de aposentadoria incentivada.

Já para a recém-batizada B3, a casa vê vários direcionadores de valor. Após um período magro de aberturas de capital, há fatores macroeconômicos que podem impulsionar investimentos privados e a volta das ofertas públicas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês), beneficiando diretamente o giro de negócios no segmento Bovespa, bem como as operações com títulos de renda fixa. A integração das câmaras de compensação também libera um volume significativo de operações, que pode trazer maior movimentação nos mercados futuros.

O leilão bilionário da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 24, com 35 lotes em 7,4 mil quilômetros de linhas de transmissão e previsão de arrecadar R\$ 13,1 bilhões, é um evento que promete movimentar o setor elétrico.

Além de ser uma opção defensiva para a carteira, a Taesa tem intenção de avaliar a malha a ser leiloada, mas não deve participar a qualquer custo, diz o analista Vitor Martins, da Planner. "Quando o WACC [o custo médio ponderado do capital, utilizado nas análises de retorno] está bem baixo, ela não entra, é focada em rentabilidade." A despeito da licitação, sua avaliação é que a empresa tem sido bem administrada, com forte geração de caixa e desalavancagem financeira, tendo melhorado o perfil da dívida ao trazer o índice de endividamento em relação ao Ebitda de 2,3 vezes em 2015 para 2 vezes em 2016. "E isso pagando 85% de dividendos, o que quer dizer que gera caixa suficiente para distribuir lucros e reduzir a dívida."

Com balanço sólido e endividamento baixo, a Taesa até poderia levar algo no leilão, mas é antes de tudo uma grande distribuidora de resultados, com o maior retorno em dividendos do setor - com 15% projetado para este ano, ante a média de 6% a 7% dos seus pares -, compara Pinheiro, da Citi Corretora. "Em meio ao ciclo de corte da Selic, ações que pagam bons dividendos vão ganhar ainda mais atratividade, esse é um ponto para ela." Ele acrescenta que o papel é relativamente mais barato. É negociado com um preço/lucro (P/L, o múltiplo que mede em quanto tempo, em tese, o investidor pode reaver o capital aplicado) de 7,7 vezes para 2017, quando as outras estão acima de 11 vezes.

O viés defensivo com o atrativo de dividendos aparece na indicação de Sabesp por Ohmachi, da Guide, enquanto Martins, da Planner, cita ainda uma sensível melhora de resultados. "O quarto trimestre ajudou a compor resultados muito fortes no ano passado, com um lucro de R\$ 2,9 bilhões, cinco vezes maior do que o de 2015." O especialista ainda vê um bom desempenho no fechamento do primeiro trimestre de 2017, com a ajuda do câmbio mais valorizado, já que parte da dívida da empresa é atrelada ao dólar.

Outra aposta do Citi é Ecorodovias, que tem 41% do seu endividamento atrelado ao CDI e vai sentir o menor peso dos juros em meio ao ciclo de alívio monetário. Pinheiro ainda espera ver ganhos de eficiência adicionais após a companhia implementar um programa de corte de custos e voltar a focar na atividade de concessão de rodovias a partir da entrada do grupo italiano Gavio no negócio. "Muitas das concessões dela têm exposição ao agronegócio, e com a melhor expectativa de safra neste ano a empresa tende a ser beneficiada com o fluxo mais forte nas estradas." Com uma relação dívida/Ebitda de 2,8 vezes, o analista também acredita haver espaço para a empresa participar de leilões de concessão, a exemplo da Rodovia dos Calçados, uma estrada de 720 quilômetros entre Iporanga e Franca e que cruza praticamente todo o estado paulista, previsto para o dia 25. Para o segundo semestre, há também a previsão para a concorrência de trechos federais.

Raia Drogasil é uma opção defensiva, segundo aponta a Ativa Corretora, pois o varejo farmacêutico é o único do segmento a apresentar crescimento de vendas. Essa também é uma sugestão da Planner. Segundo o analista Mario Roberto Mariante, a companhia vem apresentando forte resultado líquido e geração de caixa, tem sido uma boa integradora das aquisições feitas desde 2012 e não é alavancada. "Há uma previsão de crescimento orgânico também: só em 2016 eles abriram 212 lojas, com 1.420 filiais ao todo."

O viés da recuperação da atividade nas escolhas do Citi é representado por Gerdau, que tem atuação geográfica diversificada e pode colher os frutos tanto da exposição do seu negócio nos Estados Unidos quanto dos investimentos em infraestrutura no Brasil, diante da melhora do ciclo econômico.

MME / ASCOM .